

A dinâmica participativa da direita e a reorganização da participação social no Brasil: Um estudo sobre a retomada das Conferências Nacionais

The Participatory Dynamics of the Right and the Reorganization of Social Participation in Brazil: A Study on National Conferences

Priscila Zanandrez y Diego Matheus Oliveira de Menezes

Priscila Zanandrez es doctora en Ciencia Política por la Universidad Federal de Minas Gerais, Brasil.
E-mail: priscilazanandrez@gmail.com

Diego Matheus Oliveira de Menezes es doctor en Ciencias Sociales por la Universidad Federal de Minas Gerais, Brasil.
E-mail: ego.matheus@gmail.com

resumo

Este trabalho objetiva identificar e mapear as novas dinâmicas emergentes nas conferências nacionais a partir da análise da presença e atuação de grupos e atores que se identificam com a direita e extrema direita. Como recorte, acompanhamos as conferências nacionais ocorridas em 2023 e no primeiro semestre de 2024. Para isso, utilizamos dados de pesquisa do tipo survey, observação participante, análise de documentos oficiais e levantamento de postagens em redes sociais. Os resultados da pesquisa indicam a diversidade do confronto político em cada área analisada e delimita importantes dimensões analíticas como a relação com as redes sociais e o conflito em torno de pautas valorativas.

summary

This work aims to identify and map the new dynamics emerging at national conferences by analyzing the presence and actions of groups and actors who identify with the right and extreme right. As a cross-section, we followed the national conferences that took place in 2023 and the first half of 2024. To do this, we used survey data, participant observation, analysis of official documents and social media posts. The results of the research indicate the diversity of the political confrontation in each area analyzed and delimits important analytical dimensions such as the relationship with social networks and the conflict over value agendas.

palavras-chave

democracia / direita / instituições participativas / participação

keywords

democracy / right / participatory institutions / participation

Introdução

O Brasil tem enfrentado fortes oscilações democráticas que afetam, inclusive, a organização e dinâmica participativa do país. O processo de erosão democrática instaurada em diferentes países do mundo (Runciman, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018) foi bastante visível no caso brasileiro e trouxe mudanças não apenas para o sistema político e democrático do país, como também afetou a dinâmica participativa, ao destacar a ascensão de grupos e atores mais à direita no espectro político.

O processo de democratização do Brasil, marcado pela promulgação da Constituição de 1988 e pela forte atuação de públicos participativos, como sindicatos, movimentos sociais, comunidades eclesiais de base e partidos políticos, foi inovador ao exigir o aprofundamento democrático e soluções para os problemas sociais do país (Wampler e Avritzer, 2004; Sader, 1988; Doimo, 1995). Mais tarde, com a multiplicação de instituições participativas e com a chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, a participação ganhou ainda mais robustez com diferentes formas de articulação e interação com o Estado (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014; Almeida, 2014). No entanto, a instabilidade democrática exposta desde as Jornadas de Junho de 2013 e que alcança seu auge com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, demonstra que, no mínimo, a sociedade civil brasileira não é tão homogênea quanto se esperava ao se olhar para os movimentos dos anos de 1970 e 1980. Movimentos e organizações de direita e extrema direita têm se destacado em momentos políticos distintos, desde o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff até os ataques golpistas ocorridos em oito de janeiro de 2023. Esses grupos não apenas continuam a ocupar espaços institucionais de participação como pautam importantes debates na esfera pública.

Em 2023, com a eleição do presidente Lula, iniciou-se um processo de reorganização da participação no governo federal, evidenciado pela retomada de conselhos e conferências nacionais. Apesar dessa alteração de cenário, é crucial compreender e analisar o impacto das mudanças na configuração da sociedade civil brasileira, nos últimos anos, marcado pela expansão de movimentos de direita.

As lentes da literatura sobre participação, principalmente sobre instituições participativas, focaram, sobretudo, em organizações tradicionais que fizeram parte do momento de democratização política do país, mas se distanciaram de outros modelos organizativos presentes na sociedade brasileira, como organizações beneficentes, empresariais, religiosas etc (Silva e Pereira 2020; Mendonça e Domingues, 2022). Além disso, dado o processo de ampliação das formas de participação, assumiu-se que mais participação acarretaria maior aprofundamento democrático, principalmente por meio dos efeitos das políticas públicas empreendidas por intermédio da participação. O foco analítico esteve, sobretudo, nos processos políticos e não necessariamente no comportamento dos próprios ativistas, o que acarretou um distanciamento de posturas antidemocráticas e de extrema direita.

Grupos de atores mais conservadores esteve pouco presente nas análises sobre participação, ainda que em face da atual conjuntura, diversos estudos têm discutido o papel desses atores conservadores na crise política contemporânea (Pinheiro-Machado, 2019; Alonso, 2017; Tavares e Veloso, 2016; Tatagiba, Trindade e Tei-

xeira, 2015; Telles, 2015; Tatagiba, Abers e Silva, 2018; 2021; Mendonça e Domingues, 2022; Silva e Pereira, 2020). No entanto, tal lacuna indica a necessidade de uma agenda de pesquisa voltada a mapear e analisar a dinâmica da interação destes atores, sobretudo, nas Instituições Participativas (IPs).

Para compreender as novas dinâmicas do confronto político será necessário tanto análises mais aprofundadas sobre as investidas de direita ou de extrema-direita para disputar as IPs por dentro, quanto investigações sobre os contextos e dinâmicas onde ocorrem discursos anti-participação com a mobilização de conflitos nas redes sociais ou no interior das próprias IPs.

Além disso, mapear e analisar como os atores da direita política interagem com os espaços tradicionalmente envolvidos na produção de políticas públicas, como as instituições participativas em meio à tentativa de fortalecer a democracia no país, pode ampliar nossa compreensão sobre como diferentes grupos da direita disputam a influência na sociedade civil. É relevante perceber não só a presença de atores à direita, mas qual o lugar que os grupos identificados ocupam dentro das disputas internas na própria direita. Por isso, optamos por mapear tanto os delegados que se auto identificam de direita, como verificar a presença de grupos organizados à direita no espectro político. Nesse segundo sentido, identificamos, em três das Conferências analisadas, importantes atuações de setores mais radicalizados dentro da direita e que se relacionam com a trajetória de fortalecimento da extrema-direita no Brasil.

Em um momento de profunda complexidade contextual, é necessário ampliar essas lentes analíticas e estudar como tem se estruturado a nova dinâmica participativa do país que compreende: por um lado a retomada de processos participativos institucionais, mas por outro lado encontra uma sociedade civil ainda mais acirrada e com a presença de atores que estão fora do campo tradicional e progressista da sociedade civil. Este trabalho se propõe a mapear os atores e grupos que se identificam como de direita e extrema-direita e sua atuação em diferentes espaços participativos, com especial atenção às primeiras investidas do Governo Federal de reorganização da participação social, através das Conferências Nacionais. Para isso, mobilizamos distintas estratégias de pesquisa, como aplicação de survey, observação participante, análise de documentos oficiais e mapeamento de postagens em redes sociais. Nos atentaremos para o processo participativo das Conferências Nacionais de: Saúde, Assistência Social, Educação, Juventude e Cultura, realizadas em 2023 e no primeiro semestre de 2024. Analisaremos como tem se dado a presença desses atores em diferentes temáticas, suas principais abordagens e repertórios de atuação.

Para isso, o artigo será organizado em três seções principais, além desta introdução. A primeira seção apresentará um breve balanço dos processos de expansão e retração da participação social no Brasil, destacando a presença e atuação dos movimentos de direita durante esse período. Em seguida, analisaremos a participação da direita nas Conferências Nacionais estudadas, evidenciando as principais dimensões analíticas para compreender a nova dinâmica participativa nas conferências e os diferentes padrões de atuação dos atores de direita. Por fim, reuniremos

nossos principais achados nas considerações finais. O trabalho não tem pretensão de esgotar o tema, mas sim identificar e mapear as novas dinâmicas emergentes nas instituições participativas e consequentemente na própria democracia brasileira, considerando o tensionamento provocado pela guinada à direita experimentada pelo país (Singer, 2021; Avritzer, 2019; Nicolau, 2020).

O processo de expansão e retração da participação e o protagonismo dos grupos de direita

O Brasil passou por diferentes processos de expansão e retração participativa ao longo dos anos. Desde o processo de redemocratização, o país experimentou uma série de mudanças em seu cenário participativo, com a inclusão de novos espaços institucionais de participação, maior articulação entre organizações da sociedade civil e o Estado, sendo que, desde 2013, com as Jornadas de Junho, observou-se certo mal-estar democrático no país que, se replica de forma contundente nas próprias práticas de participação e na (re)organização da sociedade civil (Avritzer, 2019; Pinheiro-Machado, 2019; Tatagiba e Galvão, 2019; Mendonça e Domingues, 2022).

O processo de construção democrática, a partir da Constituição Federal de 1988 culminou tanto no adensamento de formas institucionais de participação, como conselhos e conferências, quanto também na diminuição do espaço entre a sociedade civil e os atores estatais. Nesse período, o país experimentou o adensamento da esfera pública com forte participação de movimentos sociais e frentes do campo progressista que estiveram sob o foco analítico de variados estudos do campo da ciência política brasileira (Doimo, 1995; Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006; Silva e Oliveira, 2011; Abers e Von Büllow, 2011; Avritzer, 2012; Abers, Serafim e Tatagiba, 2014). A expansão de direitos sociais, o reconhecimento de grupos marginalizados e a inserção de diferentes organizações civis no interior do estado, por meio de diferentes repertórios de interação, tal qual denominam Abers, Serafim e Tatagiba (2014), marcaram, o processo de expansão democrática e reafirmaram a participação popular como um importante valor para o país.

No entanto, o mal-estar democrático revelado pelas Jornadas de Junho de 2013 e que encontra seu ápice na eleição de Jair Bolsonaro também marca o início do processo de desdemocratização do Brasil (Avritzer *et al.*, 2022), caracterizado não apenas pelo cerceamento de instituições participativas e pela clara intimidação e tolhimento de variadas organizações civis, mas também por colocar em evidência grupos com vieses notoriamente antidemocráticos e de extrema direita. As Jornadas de Junho foram marcadas por suas ambiguidades que aglutinaram tanto performances típicas de movimentos sociais, quanto discursos e atos antidemocráticos (Mendonça, 2018; Pinheiro-Machado, 2019; Alonso, 2017; Tatagiba e Galvão, 2019; Telles, 2015).

Em 2014, o país foi marcado por dois grandes eventos de forte impacto na dinâmica participativa do Brasil. Primeiramente, a retração quanto às formas ampliadas de participação, evidenciada com a derrubada e repercussão do decreto 8.243/2014, que estabeleceu a Política Nacional de Participação Social (PNPS).

O decreto criou um sistema nacional de participação que seria responsável por organizar um conjunto de medidas institucionais de articulação e fortalecimento dos instrumentos e mecanismos de participação já existentes. Apesar da repercussão negativa do decreto e de todo o alarde criado em torno dele, o decreto não criava nenhuma nova instituição ou teria a capacidade de “implodir o regime da democracia representativa” como está descrito em um trecho do Projeto de Decreto Legislativo (PDC, 1491/2014) que tentava sustar a PNPS. A forte repercussão do decreto e o bombardeio recebido pela mídia revelaram uma intensa contenciosidade e reversão dos arranjos participativos, principalmente institucionais, vigentes no país. Apesar do alarde em torno do decreto, apenas em 2019, com a eleição de Jair Bolsonaro, há a extinção da a PNPS, juntamente com a de variados conselhos de políticas públicas criados por meio de decreto de lei (Avritzer *et al.*, 2022; Bezerra, Rodrigues e Romão, 2022).

Paralelamente ao rearranjo participativo-institucional, o ano de 2014 também foi marcado pelo início de um conjunto de manifestações pró-Operação Lava Jato e a favor do impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff. Tais manifestações exibiram um conjunto de organizações que no mínimo colocavam em dúvida os valores do regime democrático. Não raro, era possível vislumbrar pedidos de intervenção militar e discursos que descredibilizavam as instituições democráticas e, principalmente, impulsionavam a polarização política até hoje presente no país. As manifestações demonstraram com clareza a existência e organização de setores da sociedade civil que estavam distantes do campo progressista de esquerda, comumente presentes nos estudos do processo de redemocratização do país. Tatagiba (2021) descreve com bastante clareza as características existentes em tais manifestações, que se estenderam até o ano de 2016 com o impedimento de Dilma:

Além de exigir o *impeachment* de Rousseff e a prisão de Lula, as novas direitas na rua ampliaram o espectro da polarização política ao associar a disputa político-partidária à luta em torno dos modos de vida. Ser antipepetista não significava apenas combater a corrupção da política, mas a corrupção de costumes. Essa ampliação permitiu aos novos atores do confronto construir uma imagem positiva associada à direita e envolver nesse confronto grupos que, até então, estavam à margem dessa disputa, como os setores mais empobrecidos, principalmente aqueles com identidade religiosa. (Tatagiba, 2021: 380)

Além de exigir o impeachment de Rousseff e a prisão de Lula, as novas direitas na rua ampliaram o espectro da polarização política ao associar a disputa político-partidária à luta em torno dos modos de vida. Ser antipepetista não significava apenas combater a corrupção da política, mas a corrupção de costumes. Essa ampliação permitiu aos novos atores do confronto construir uma imagem positiva associada à direita e envolver nesse confronto grupos que, até então, estavam à margem dessa disputa, como os setores mais empobrecidos, principalmente aqueles com identidade religiosa. (Tatagiba, 2021: 380).

Dessa forma, observam-se dois importantes fatores para a reorganização da dinâmica participativa no país. Se por um lado temos o claro enfraquecimento dos canais institucionais de participação e de alguma forma a desmobilização de grupos tradicionais, que acompanharam todo o processo de transição democrática do país, por outro temos um rearranjo da própria sociedade civil. As manifestações colocaram em evidência grupos conservadores e, por vezes, antidemocráticos, que antes, no mínimo, estavam apagados do centro dos processos políticos. Vê-se, portanto, um duplo movimento de ataque aos valores democráticos: seja pelo apelo direto a regimes militares, seja por colocar em xeque a própria participação popular.

O movimento de desdemocratização do Brasil ganhou impulso com a eleição de Jair Bolsonaro, que, durante sua campanha à presidência, prometeu “acabar com toda forma de ativismo” (Folha de São Paulo, 2018). Desde então, o presidente empreendeu um constante tormento em relação a movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), coletivos e qualquer outra organização da sociedade civil que não se identifique com a pauta política de seu governo. O processo de obstrução do governo Bolsonaro não se limitou aos graves discursos de intimidação da participação, mas também se traduziu em medidas no campo institucional com a promulgação do decreto 9.759/2019.

O decreto, além de revogar a Política Nacional de Participação, também estipulou a extinção dos colegiados cuja criação tivesse sido feita por decreto e, ainda, aqueles mencionados em leis nas quais não constasse a indicação de suas competências ou dos membros que os compõem (Brasil, 2019). Em resposta ao decreto, o Partido dos Trabalhadores (PT) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6121) argumentando ser prerrogativa do Congresso Nacional o ato de criação e extinção de órgãos da administração pública. Nesse sentido, o decreto representaria uma violação aos princípios democráticos, republicanos e, por fim, da participação popular. (Brasil, 2019).

O ministro relator foi Marco Aurélio, que votou pelo deferimento parcial da medida cautelar por entender que não caberia ao Poder Executivo, por meio de ato unilateral, extinguir os colegiados, sejam eles conselhos, comitês, câmaras ou grupos de trabalho que tenham sido criados com a aprovação do Congresso Nacional (Brasil, 2019). Os conselhos que não foram extintos ainda sofrem com os rearranjos em suas atividades e seus participantes reagiram de diferentes formas para garantir o mínimo de seu funcionamento.

A mudança na dinâmica da participação não se limitou apenas às instituições participativas, mas também ficou evidente nas manifestações antidemocráticas em favor do fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal realizadas durante o ano de 2020. O grupo “300 do Brasil”, autointitulado como a primeira militância organizada de direita do país, ganhou destaque no cenário nacional (Teixeira, 15/06/2020) ao organizar uma série de protestos: em prol do fechamento do STF; da saída dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; além do apoio à intervenção militar, chamada por eles de “intervenção do povo”. Os protestos do grupo são marcados por ações teatrais – como a caminhada com

máscaras e tochas (fazendo referência à Ku Klux Klan) –, simulação de ataque ao STF com fogos de artifício¹, além do porte, em diferentes momentos, de elementos que fazem alusão ao neonazismo. O grupo formado por homens e mulheres de diferentes idades foi fundado por Sara Winter e Desiré Queiroz. Sara já foi coordenadora de políticas à maternidade no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro e concorreu ao cargo de deputada federal pelo DEM-RJ. Desiré também já fez parte do Conselho Nacional da Juventude. O grupo “300 do Brasil”, que tem sido processado por violar a Lei de Segurança Nacional, é um bom exemplo da ascensão e do protagonismo de grupos da sociedade civil em sua face mais perversa e próxima a regimes autoritários.

Um segundo movimento, e que foi emblemático, foi o processo de votação dos conselhos tutelares com o incentivo de lideranças religiosas para a eleição de conselheiros tutelares de viés conservador e aliados com pautas religiosas, sobretudo evangélicas. Esse processo ganhou notoriedade na mídia em 2023, mas iniciou em período anterior e com importante atuação do governo Bolsonaro para fortalecimento dos vínculos com os conselheiros.²

Claramente, o pêndulo da democracia brasileira, usando o modelo teórico de Avritzer (2019), pendeu a uma forte regressão democrática, durante os últimos anos, principalmente durante o governo Bolsonaro. Esse período foi marcado não apenas pela limitação imposta pelo Estado às formas institucionais de participação, como também pelo claro destaque que organizações mais conservadoras e de extrema direita passaram a ter no cenário político atual do país. O foco analítico, para compreender a atual dinâmica participativa e sua relação com a democracia, precisa ser ajustado para que seja capaz de captar tanto o acúmulo de participação da sociedade civil em seu momento de democratização, quanto o arrefecimento do ativismo no país nos últimos anos.

Nesse sentido, com a eleição do presidente Lula para o seu terceiro mandato, abre-se um novo momento para a dinâmica da participação no Brasil. Se por um lado há um esforço de reorganização das instituições participativas, com a recriação de conselhos nacionais e a retomada das conferências, por outro lado a sociedade civil brasileira se apresenta muito mais heterogênea e disputada do que em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Lula. Compreender como a presença de grupos e organizações mais à direita estão interagindo e pautando os debates participativos é uma das grandes chaves para compreender a nova dinâmica da participação social no Brasil.

Na literatura do campo de participação, e principalmente de estudos sobre movimentos sociais há uma discussão sobre como enquadrar a atuação das organizações de extrema-direita. Tendo em vista a transversalidade da temática, distintas abordagens buscaram mobilizar e adaptar o arcabouço teórico e metodológico existente para melhor compreender eventos percebidos a partir de diferentes lugares e recortes. Dos estudos sobre participação política e organizações religiosas, por exemplo, destaca-se a importante discussão sobre a radicalização do ativismo religioso (Machado, 2012; Mariano e Gerardi, 2019; Carranza, Santos e Jácomo, 2021). A literatura sobre movimentos de mulheres, por outro lado, tem produzi-

do importantes análises sobre o fortalecimento de redes relacionadas com anti-feminismo e o masculinismo (Ruibal, 2014; Rezende, 2016; Silva, 2023; Biroli, Tatagiba e Quintela, 2024). Os estudos sobre protestos têm discutido sobre o protagonismo da direita e/ou da extrema-direita em manifestações (Tatagiba, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019; Bringel, 2022; Mendonça e Domingues, 2022). O campo sobre ativismo digital tem observado como as redes sociais são mobilizadas por grupos radicalizados e pela extrema-direita (Dias, Von Bulow e Gobbi, 2021; Chagas e Massuchin, 2022).

Nota-se também um esforço significativo para revisitar a literatura sobre o confronto político, visando repensar o papel dos atores que se organizaram para reagir aos avanços e conquistas dos movimentos sociais. Nesse contexto, busca-se compreender o ativismo de extrema-direita a partir das disputas travadas com outros atores políticos. Destacando as estratégias e enquadramentos utilizados para neutralizar ou enfraquecer os antagonistas, a literatura nacional passa a explorar a reorganização de uma ação política à direita, que procura ocupar e transitar em espaços tradicionalmente dominados por movimentos sociais (Szwako, 2014; Silva e Pereira, 2020; Rezende, 2016; Biroli, Tatagiba e Quintela, 2024).

Assim como os movimentos tradicionalmente analisados pela literatura, as organizações conservadoras e/ou de extrema-direita também mobilizam diversificadas rotinas de interação. A partir do conceito de repertórios de Tilly (1995), em que um confronto político se constitui de forma relacional com práticas aprendidas ao longo do tempo, é possível analisar as escolhas das organizações frente às instituições participativas a partir de uma trajetória de confronto mais ampla. Nesse sentido, disputar as instituições participativas poder ser uma estratégia para minimizar os ganhos de atores rivais que tradicionalmente priorizam esses espaços.

Ocupar espaços com atuação significativa de setores progressistas pode, portanto, fazer parte da estratégia de um contramovimento. Segundo Biroli, Tatagiba e Quintela (2024), em reação à percepção de ameaça pelos avanços do movimento feminista, grupos conservadores articularam um contramovimento que busca assimilar e ressignificar estratégias dos movimentos sociais. Por sua vez, os movimentos desenvolvem suas próprias estratégias para reagir aos avanços dos contramovimentos, reorientando sua atuação em diversas instâncias. Com o tempo, a interação entre movimento e contramovimento pode transformar rotinas interativas e influenciar as arenas relacionadas ao subsistema de políticas em questão.

Entretanto, nem todo movimento social possui um contramovimento correspondente (Silva e Pereira, 2020). Cada área possui distintas dinâmicas e trajetória de confronto político e por isso apresentam diferentes configurações. Portanto, é importante mapear como as redes da extrema-direita combinam distintas formas de ativismo. Contramovimentos, organizações relacionadas ao ativismo religioso, grupos de ódios, organizações contrarrevolucionárias, experiências de ativismo digital, organizações ultraliberais, dentre outras, são algumas das formas de ativismo presentes no ecossistema da extrema-direita.

Ademais, os grupos que compõem a rede também dialogam e compartilham experiências, possibilitando que estratégias bem-sucedidas por contramovimentos, por exemplo, sejam testadas por outros atores. Destaca-se, inclusive, as aproximações e distanciamentos entre esses atores e os ativistas da “direita democrática” também são importantes elementos. Em outras palavras, o ativismo de extrema-direita é constituído em um processo interativo que envolve não apenas seus adversários políticos, mas a própria construção de uma rede comum.

Em diálogo com essa perspectiva, este artigo busca mapear os distintos padrões de atuação dos grupos de direita ou de extrema-direita em instituições participativas, mas especificamente nas conferências nacionais. Analisar as diferentes formas de ativismo, suas rotinas e as distintas estratégias e dinâmicas de interação desses atores com as instituições participativas requer um significativo esforço de mapeamento. Nesse sentido, observar como o confronto político ocorre nas diferentes áreas possibilita uma melhor compreensão de como distintos atores transitam entre o respeito aos regramentos de uma democracia e estratégias de erosão e ataque aos fundamentos democráticos.

A reorganização das Conferências Nacionais no Brasil e as novas disputas

O processo de retomada da participação social teve início ainda durante os trabalhos da equipe de transição do presidente Lula. Em dezembro de 2020, foi protocolado pelo Conselho de Participação Social, constituído na transição e vinculado à Comissão de Transição Governamental, um relatório indicando a necessidade de revogação do decreto 9.759/2019 e de mais catorze atos normativos específicos de distintas áreas de políticas públicas (Comissão de Transição Governamental, 2022). Mesmo durante a campanha presidencial, Lula já dava indícios da centralidade que a participação ocuparia em seu governo. Durante a campanha, o atual presidente defendeu a implementação de um orçamento participativo nacional, em contraposição ao orçamento secreto do ex-presidente Jair Bolsonaro³, e destacou a importância das conferências nacionais para a produção de políticas públicas⁴. Já no dia 01 de janeiro de 2023, ainda nos seus primeiros atos como presidente, Lula assinou os decretos 11.371/2023⁵ e 11.363/2023⁶, revogando o decreto 9.759/2019 de Bolsonaro e restabelecendo a Secretaria Geral da Presidência enquanto órgão de coordenação da participação social. Em levantamento, foi mapeado que até março de 2024, haviam sido emitidos vinte e três decretos presidenciais relacionados com a reorganização dos conselhos nacionais e comitês participativos. No total, vinte e dois (22) conselhos foram reestruturados, recriados e ou reativados via decreto presidencial. Além disso, conforme demonstra o gráfico a seguir, desde 2023, há um forte movimento de retomada das Conferências Nacionais, que teve início com a 17ª Conferência Nacional de Saúde ainda em julho de 2023.

Gráfico 1. Número de conferências realizadas por ano (1941 – 2023)



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Em 2023, foram realizadas 5 conferências nacionais (Saúde, Juventude, Segurança Alimentar e Nutricional, Assistência Social e Saúde Mental), e está previsto para 2024, a realização de mais 12 conferências nacionais. Conforme já apontado, mesmo que o número de conferências previstas para este novo ciclo participativo, se aproxime do auge da ampliação da participação, durante os primeiros governos Lula, o cenário político é completamente distinto, seja em relação a conjuntura política brasileira como um todo, seja em relação a própria organização da sociedade civil e o protagonismo dos grupos de direita e extrema-direita.

As conferências historicamente são espaços de construção de agendas para as políticas públicas e palco de mobilização e organização de movimentos para as mais diversas temáticas (Avritzer, 2012; Avritzer e Souza, 2013; Souza e Pires, 2012). Apesar de diversos trabalhos terem focado no estudo das conferências nacionais (Souza, 2012; Avritzer, 2012; Avritzer e Souza, 2013, Souza e Pires, 2012; Souza, Lima e Teixeira, 2012), ainda há uma lacuna no que se refere a análise de grupos conservadores e de extrema direita nesses espaços. Não é possível afirmar que grupos desse perfil já não estivessem presentes nas conferências nacionais, no entanto, fica claro ao olhar para as últimas conferências realizadas nos anos de 2023 e 2024, que é inegável a presença e mobilização desses atores. Desde uma pré-mobilização via whatsapp até a conflitos diretos (como aconteceu na 4ª Conferência Nacional de Juventude), fica evidente que a participação desses grupos tem se dado de múltiplas formas e suscita diferentes dimensões analíticas.

Nesta seção, buscaremos investigar a presença desses atores nas conferências nacionais, delineando suas principais características e propondo algumas dimensões analíticas em relação às suas diferentes formas de atuação. Para isso,

concentramos nossa atenção especialmente nas seguintes conferências: 17º Conferência Nacional de Saúde, 13º Conferência Nacional de Assistência Social, 4º Conferência Nacional de Juventude, 4º Conferência Nacional de Educação (CONAE), 12º Conferência Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente e 4º Conferência Nacional de Cultura⁷. Através dessa análise, procuraremos examinar o envolvimento desses atores, suas estratégias e comportamentos nessas conferências específicas, visando a compreender melhor suas influências e impactos no contexto desses eventos e da própria conjuntura democrática do país.

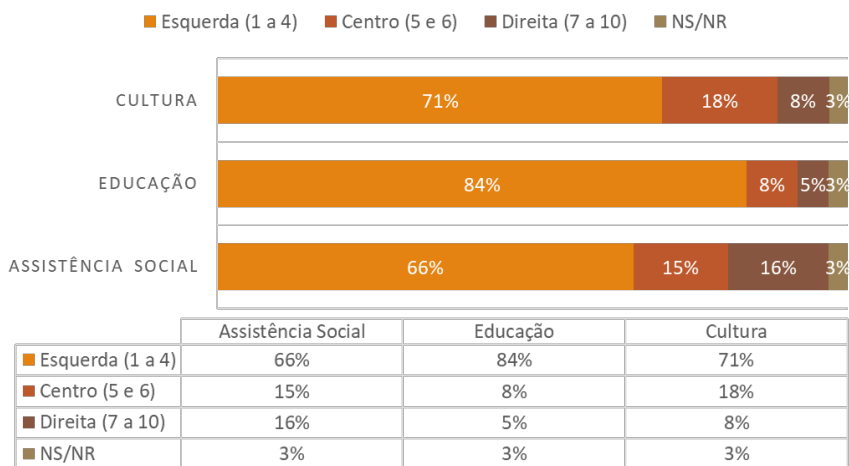
A análise foi conduzida por meio de três abordagens de coleta de dados: análise documental (incluindo documentos oficiais, reportagens e notícias sobre as conferências)⁸, observação participante e pesquisa quantitativa realizada entre os delegados que participaram das conferências estudadas. Para todas as conferências, realizamos um levantamento dos documentos relacionados à convocação e organização, com o objetivo de compreender e mapear os temas que nortearam os eventos, bem como as dinâmicas de eleição dos delegados. Além disso, fizemos um mapeamento não exaustivo da repercussão das conferências nas redes sociais, especialmente no que diz respeito à atuação da extrema-direita.

Com exceção da Conferência de Juventude, todas as outras conferências foram acompanhadas por observação participante, incluindo a participação nas plenárias e grupos de trabalho, a fim de verificar a existência de conflitos e discursos de grupos de direita. Adicionalmente, aplicamos uma pesquisa quantitativa do tipo *survey*⁹ entre os delegados das conferências para avaliar questões relacionadas ao histórico de participação, efetividade da conferência e posicionamento ideológico.

Para mapear a presença de delegados do campo da direita nas conferências, adotamos diferentes estratégias. Na 17ª Conferência Nacional de Saúde, a presença da direita foi mapeada a partir da votação de propostas com temáticas sensíveis a esse espectro político, observando-se que, em média, 20% dos delegados se alinharam à direita. No caso da Conferência da Juventude, a análise foi realizada principalmente pela repercussão da atuação de grupos de direita nas redes sociais (desenvolveremos mais sobre esses temas adiante).

Já nas conferências de Assistência Social, Educação e Cultura, a presença de delegados do campo da direita foi mapeada através dos resultados de uma pesquisa realizada durante esses eventos. Nessa pesquisa, os delegados foram questionados sobre sua autoidentificação política com a seguinte pergunta: “Considerando o espectro político de esquerda à direita, onde o(a) sr(a) se posiciona? Sendo 1 extremamente à esquerda e 10 extremamente à direita.” A partir dos resultados, é possível observar, de forma geral, como os delegados das conferências de autoidentificam.

Gráfico 2. Autoposicionamento ideológico



Fonte: Elaboração própria: Pesquisa “A reconstrução da participação social no Brasil”, 2023 e 2024.

Os dados demonstram que o perfil político identitário das conferências nacionais analisadas permanece majoritariamente no campo da esquerda. No entanto, também é inegável a presença de representantes de setores da direita e da extrema direita. Dado que a construção da participação social no país se deu em grande medida por setores progressistas, é significativo que em conferências como Assistência Social o número de ativistas que se declaram como direita ultrapasse 15%, e na Cultura e na Educação se aproxime de 10%.

Os dados do survey ainda sugerem que para uma parcela significativa dos delegados autodeclarados de direita não é incomum participar de outras instituições participativas, como orçamento participativo ou conselhos gestores. Apesar dos autodeclarados de direita participarem menos do que os de esquerda, é expressivo que, em todos os casos, mais 40% dos delegados tenham afirmado já terem participado de Orçamento Participativo e mais de 50% de conselhos gestores. Assim, os resultados reforçam a necessidade de uma agenda de pesquisa sobre o trânsito da direita em instituições participativas.

Quadro 1. Participação da direita em OP e Conselhos de Políticas Públicas

Conferência	Orçamento Participativo		Conselho de Política Públicas	
	Direita	Geral	Direita	Geral
Assistência Social	44,8%	51,1%	62,1%	78,9%
Cultura	47,1%	58,5%	52,9%	75,4%
Educação	50,0%	61,7%	60,0%	68,9%

Fonte: Elaboração própria: Pesquisa “A reconstrução da participação social no Brasil”, 2023 e 2024.

Apesar dos números indicarem uma presença significativa de grupos à direita do espectro político nas conferências, é importante ressaltar que a presença desse público não significa necessariamente a presença de conflitos ou grandes confrontos diretos (seja na plenária ou nos grupos de trabalhos observados). Cabe observar como a presença (ou ausência) de grupos e organizações mais alinhados à direita e suas estratégias de articulação para influenciar e pautar os debates. Em cada um dos casos observados, distintos atores da extrema-direita protagonizaram diferentes dinâmicas de interação com as conferências. Destaca-se a articulação de redes antiaborto para participar da CNS, o conflito da extrema-direita com a CONAE, a partir de movimentações externas à conferência, e o confronto no interior da CONJUVE protagonizado por uma organização de jovens liberais. A seguir analisaremos cada um desses casos mapeando as principais rotinas e repertórios de atuação da direita nas conferências nacionais.

O contramovimento antiaborto e o trânsito interno na CNS

Iniciaremos nossa análise pela 17ª Conferência Nacional de Saúde que foi a primeira a ser realizada após a eleição do presidente Lula. A conferência reuniu 3.526 delegados e contou com a presença do próprio presidente e de vários ministros. Durante a conferência nacional houve algumas falas isoladas de pessoas ligadas a grupos de extrema direita, principalmente relacionadas a intolerância religiosa e questões de gênero. Em nenhum dos grupos houve um grande conflito em relação às pautas e temáticas propostas. No entanto, durante a plenária final da conferência foi possível mapear com melhor precisão a presença de delegados de direita, extrema-direita e apoiadores do ex-presidentes Jair Bolsonaro.

Na plenária final, as propostas não aprovadas nos grupos de trabalho voltaram para uma votação final. Durante algumas votações a participação de ativistas de direita alcançou 22% dos votos. A primeira delas diz respeito à criação de políticas de memória relacionadas à pandemia da Covid-19. Essas políticas reconheceriam

que o alto número de mortes no país resultou das ações políticas do ex-presidente Bolsonaro. A proposta de alteração seria justamente retirar o termo “governo bolsonarista” da proposta original. A proposta original passou com 673 votos, no entanto, 196 delegados (22% dos delegados presentes) votaram a favor da alteração¹⁰. O mesmo aconteceu com as propostas de política integral da população LGBTQIA+, legalização do uso da maconha e legalização do aborto, em que mais de 20% dos delegados presentes votaram pela supressão total das propostas (esse número chegou a 36% no caso da proposta sobre o uso da maconha)¹¹.

A centralidade de pautas morais, especialmente a pauta ligada aos direitos reprodutivos esteve presente durante o processo de construção da 17ª CNS e marcou uma forte atuação de grupos direita, sobretudo ligados a organizações religiosas. De acordo com os dados coletados entre os delegados participantes da 17ª conferência, 54% afirmaram que participam ou já participaram de uma organização religiosa. Além disso, em maio de 2023 ocorreu uma conferência livre organizada pelo Movimento Nacional da Cidadania Pela Vida – Brasil Sem Aborto, pela Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Família, pela Frente parlamentar Mista Costa o Aborto e em Defesa da Vida e pela Associação Nacional da Cidadania Pela Vida – ADIR. A Conferência denominada “Garantir direitos plenos em todas as etapas dos ciclos da vida” ocorreu de forma remota, fazendo parte dos ciclos preparatórios da Conferências Nacional de Saúde. Além de eleger três delegados para a 17ª CNS, apresentou um diretriz e quinze propostas que foram incorporadas no relatório consolidado das proposições e foram debatidas na conferência.

O Movimento Nacional da Cidadania Pela Vida – Brasil Sem Aborto, principal articulador da conferência livre supracitada, foi fundado em 2006 na I Plenária Nacional do Movimento Brasil sem Aborto com a consolidação de uma rede de organizações e atores atuantes na causa antiabortista (Rezende, 2016). O vínculo com o associativismo religioso é evidenciado pela presença de coordenadores ou ex-coordenadores filiados a organizações religiosas de diversas matrizes, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP), a Federação Espírita Brasileira (FEB), a Associação Médico-Espírita do Brasil (Manduca, 2021) e a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure). Destaca-se ainda que em 2017, a então presidente do movimento foi nomeada conselheira do Conselho Nacional de Saúde, representando a CNBB. Mais significativamente, em 2019, Damares Alves, que foi membro e ex-secretária-geral da organização, assumiu o cargo de Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro. Em 2017, o Brasil Sem Aborto organiza uma tentativa de mobilização das redes de organizações contrárias ao aborto, com o objetivo de influenciar as discussões e ocupar espaço nas conferências de saúde. Essa iniciativa foi claramente articulada como uma estratégia para fazer ouvir suas perspectivas e posicionar-se dentro do cenário das políticas de saúde do país. Nesse mesmo período, a organização lançou uma nota em suas redes sociais promovendo a 2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher, destacando a importância da participação dos militantes con-

trários ao aborto. A nota ressaltava a necessidade de sua presença na conferência para evitar que propostas de legalização do aborto fossem incluídas no relatório final, conforme evidenciado no seguinte trecho da nota “Entenda a 2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher e participe!”.

O evento é muito importante para a saúde das mulheres, porém carrega em si um grande risco para a vida feminina embrionária, pela grande chance de se direcionar a legalização do aborto no relatório final do evento como diretriz para a “Política Nacional de Saúde Integral das Mulheres”, principal objetivo desta conferência. A participação de todos os que defendem a vida é importante. Participe! (Brasil sem Aborto, 2017).

Nota-se que apesar de atuar desde 2006, apenas no governo Temer a organização publiciza o intuito de integrar e disputar uma conferência nacional. A inserção da rotina da participação em instituições participativas sugere que as transformações na conjuntura política após o impeachment em 2016 podem ter estimulado uma atuação mais direta em IPs. Em 2019, no governo Bolsonaro, a organização intensifica sua investida ao sugerir em nota pública a necessidade de o ativismo antiaborto disputar o protagonismo do debate sobre os direitos reprodutivos durante a 16ª Conferências Nacional de Saúde, realizada em 2019.

Não perca essa oportunidade de contribuir no planejamento de políticas públicas de amparo à mulher gestante e ao nascituro.

Por que é importante participar?

Durante mais de uma década, os movimentos em defesa da vida desde a concepção trabalharam intensamente na retaguarda, tentando impedir as tentativas de legalização do aborto no Brasil. Chegou a hora de exercer a posição de protagonistas no debate, propondo políticas públicas de amparo à gestação, à maternidade e paternidade conscientes e amparo à primeira infância (destaque nosso).

É comum, na estratégia do Brasil Sem Aborto para as conferências de 2017, 2019 e 2023, a tentativa de se distanciar do discurso anti-participativo presente no campo conservador. A orientação em disputar as conferências parece estar relacionada com uma tentativa de legitimar a pauta moral como um campo para políticas públicas de saúde. Entretanto, percebe-se algumas mudanças na narrativa apresentada pela organização. Em 2017, a nota evidencia a opção por uma narrativa reativa que objetivava evitar o avanço de pautas progressivas. Na 16ª Conferência de Saúde, realizada durante o governo Bolsonaro a organização aposta em conclamar suas bases para uma articulação mais robusta nas conferências com o intuito de “sair da retaguarda” para tomar o “protagonismo” em espaços de formulação de políticas de saúde.

Por fim, com a mudança de conjuntura decorrente da derrota da extrema-direita na eleição presidencial, o Movimento Nacional da Cidadania Pela Vida – Brasil Sem Aborto optou por apenas divulgar a Conferência Livre - Garantir direitos plenos em todas as etapas dos ciclos da vida. Na nota de divulgação, a menção a

pauta antiaborto se resume a um chamado para “(...) contribuir na construção de política para a defesa da vida!” (Brasil sem Aborto, 2023).

O teor menos explícito se reflete também nas propostas nas propostas indicadas pela conferência livre. Analisando o relatório consolidado com as proposições discutidas na 17ª CNS, percebe-se a inexistência de proposta explicitamente anti-abortista. As proposições da conferência livre atacaram a questão de forma indireta, a partir, por exemplo, da defesa “(...) dos profissionais de saúde, reconhecendo os seus valores éticos e morais, e a possibilidade da objeção de consciência” (Relatório Consolidado da 17ª CNS, grifo nosso) e da criação de um cartão nacional de saúde para o nascituro. Apesar dessas propostas não terem sido aprovadas na 17ª CNS, o Brasil Sem Aborto logrou aprovar uma proposição que defendia que o SUS oferecesse métodos naturais de planejamento familiar, como o Método de Ovulação Billins.

Mais uma vez é possível identificar como a dimensão valorativa é ponto comum entre os setores participativos da direita. No caso analisado, a inserção das pautas morais na conferência ocorreu com a reorientação destas em um discurso sobre políticas de saúde e direitos para profissionais de saúde, mulheres e nascituro. Nota-se aproximação com os achados das pesquisas sobre contramovimentos e antifeminismo (Rezende, 2016), que indicam a apropriação de táticas e estratégias de movimentos sociais como estratégia de avançar uma pauta conservadora no interior das instituições. Neste sentido, a 17ª Conferência Nacional de Saúde evidenciou uma dinâmica do confronto político complexa e diversificada.

Conforme Biroli, Tatagiba e Quintela (2024), no governo Bolsonaro, o contramovimento antifeminista ocupou cargos-chaves no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, no Ministério da Saúde e no Ministério da Educação. Ao cruzar a discussão das autoras com os achados da pesquisa sugere-se, portanto, que o contramovimento articulou a rotina da ocupação de cargos institucionais com ações voltadas a espaços de participação social, apesar do predomínio da primeira. Ademais, como veremos mais a frente, disputar uma IP dentro das regras do jogo, não é a única forma de interagir com esses espaços. Organizações podem disputar a narrativa sobre uma conferência, por exemplo, em arenas externas a ela. Ou ainda, participar de uma IP tensionando seu regimento e questionando sua legitimidade.

Em outras palavras, é necessário considerar a diversidade de performances. Não apenas a escolha de participar ou não da IP faz parte da dinâmica de confronto, como as formas de atuar e enquadrar os espaços participativos também variam de acordo com cada dinâmica analisada.

Um interessante elemento para pesquisas futuras será o compreender como os efeitos da contramobilização de setores conservadores em reação à institucionalização de pautas e agendas de movimentos sociais, contribuem para a reorganização da extrema-direita. Além disso, no caso de organizações que optaram por participar de IPs reconhecendo sua legitimidade, como no caso do Brasil Sem Aborto na Conferência de Saúde, será relevante analisar os possíveis efeitos de longo. Ou seja, verificar se essa estratégia terá como consequência minimizar a radicalização dessas organizações e conter o confronto político dentro da dinâmica democrática,

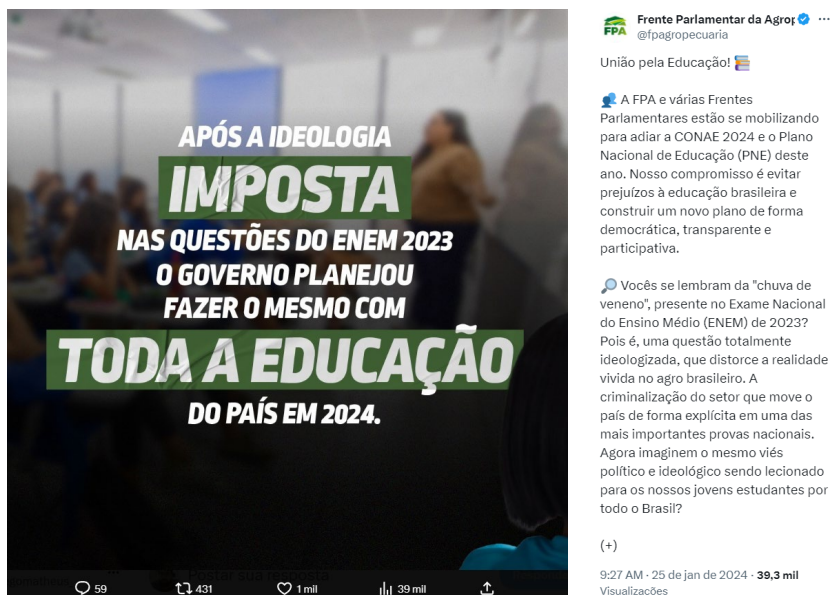
ou, por outro lado, se essas organizações transitarão entre “respeitar as regras do jogo” e tensionar contra as instituições da democracia. A segunda hipótese tem como consequência a necessidade de verificar em quais arenas o contramovimento opta por atuar dentro da dinâmica democrática e em quais arenas opta por mobilizar estratégias de subversão do regramento e apoio a práticas autoritárias.

A Conferência Nacional de Educação e o ataque anti-participacionista

A Conferência de Educação teve um processo de muita disputa que antecedeu a sua própria realização. Grupos de direita, inclusive parlamentares tentaram impedir a realização da conferência sob o argumento de que o Documento de Referência da CONAE tinha vieses ideológicos. No dia 24 de janeiro de 2023, treze (13) frentes parlamentares¹² solicitaram em nota o adiamento da CONAE. Destaca-se que a nota foi assinada, em sua maioria, por presidentes de frentes parlamentares lideradas pelo campo conservador ou de extrema-direita e relacionadas ao agronegócio, ao livre mercado e evangélicos.

Além da pauta moral e religiosa contra a “ideologia de gênero”, a presença de lideranças do agronegócio na nota é explicada pela tentativa de barrar um ensino crítico em relação às práticas do setor. Esse movimento se intensificou, sobretudo, após críticas do setor a questões do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) que tratavam de assuntos, como por exemplo, a exploração do trabalhador no campo, uso de agrotóxicos e o desmatamento na Amazônia. A seguinte postagem da Frente Parlamentar da Agropecuária explicita a narrativa mobilizada pelo setor:

Imagem 1. Postagem em rede social da Frente Parlamentar da Agropecuária



Fonte: twitter.com/fpagropecuaria

Além disso, dias antes da etapa nacional mensagens circularam, via WhatsApp, sobre uma possível investida de grupos da direita na Conferência com o objetivo de tumultuar os debates e defender pautas como homeschooling e o Escola Sem Partido. Essas pautas, se relacionam com um projeto de despublicização da educação que aproxima a pauta neoliberal da pauta conservadora (Faria e Resende, 2022). Segue trecho da mensagem compartilhadas nos grupos de esquerda no whatsapp:

A direita organizada se mobiliza em 40 grupos para tumultuar a Conferência Nacional de Educação.

Se você, de esquerda ou progressista, não se mexer, irão tomar conta de praticamente tudo. E papers não serão suficientes para mudar este quadro. Ou você começa a fazer parte dos movimentos sociais ou não haverá movimento social.

A mensagem reproduz uma matéria do site de notícias Intercept Brasil sobre a mobilização da extrema-direita para o CONAE em uma comunidade de whatsapp composta por 47 grupos denominado de “FORÇA TAREFA CONAE”, como o trecho a seguir:

Uma mobilização secreta de grupos bolsonaristas está se preparando para influenciar a Conferência Nacional de Educação, a Conae, com pautas de extrema direita. O objetivo declarado da força-tarefa é “formar famílias em todos os estados brasileiros” para lutar contra o “aparelhamento ideológico da educação”.

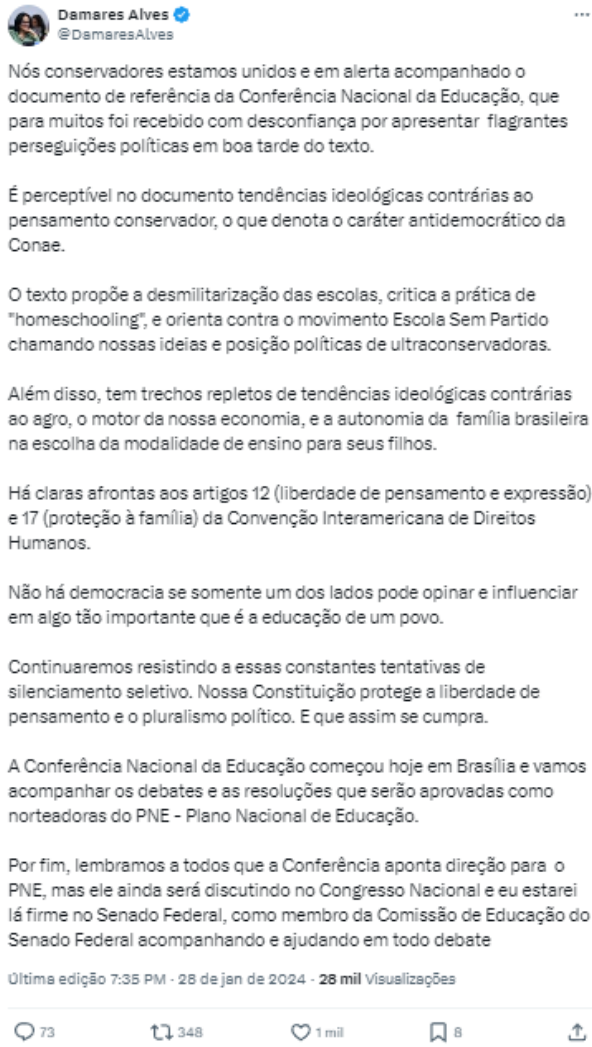
Para isso, os extremistas levarão a Brasília, onde a etapa nacional da Conae ocorre, entre 28 e 30 de janeiro, na Universidade de Brasília, temas como homeschooling e o Escola Sem Partido. (...). Por meio de mais de 40 grupos no WhatsApp, a força-tarefa bolsonarista está convocando participantes para uma série de palestras e atividades com especialistas na área da educação. Essas palestras, que começaram no último 8 de janeiro, apresentam um cronograma extenso, incluindo temáticas como “crise de autoridade na educação” e “opção de gênero” – um termo que, por si só, já denota uma visão preconceituosa do tema, além de ser condenado por especialistas.

Apesar do engajamento de centenas de militantes bolsonaristas por meio do WhatsApp, chama a atenção que o esforço não tem sido divulgado em redes sociais abertas, como o Twitter e o Facebook – o que demonstra que a incidência na Conae tem um fator “elemento surpresa”, para pegar desprevenidos o governo Lula e os participantes da conferência.¹³

Apesar do alarde que antecedeu a conferência, o evento transcorreu sem grandes conflitos ou tumultos em seus espaços internos. No entanto, ainda assim é possível ver a mobilização da extrema direita, principalmente via redes sociais. A participação e presença da extrema direita não ocorreu a partir da disputa de propostas nas plenárias, mas na disputa da narrativa sobre a conferência. Destacam-se postagens

em redes sociais de parlamentares e lideranças ao longo do evento, como a seguinte postagem da senadora e ex-ministra Damares Alves no X:

Imagem 2. Postagem de rede social da Senador Damares Alves



Fonte: twitter.com/damaresalves

Além desta, houve casos de parlamentares que frequentaram a conferência, mas optaram apenas a fazer vídeos críticos ao CONAE sem participar diretamente do

espaço como o caso da deputada estadual de Minas Gerais Chiara Biondini (PP), e o caso do deputado federal Gustavo Gayer (PL) que divulgou vídeos gravados na conferência por assessoras do seu mandato com o intuito de comprovar que a CONAE teria o objetivo de “destruir a mente dos nossos filhos”.¹⁴

Após a Conferência o conflito se intensificou na câmara dos deputados. Parlamentares conservadores e de extrema-direita apresentaram requerimento solicitando informações adicionais sobre a CONAE. A análise dos pronunciamentos das sessões no período também demonstra a presença de falas acusando a conferência de possuir viés ideológico, como o trecho a seguir da deputada federal Adriana Ventura (NOVO):

. (...) o nosso País precisa cuidar da nossa educação, que está jogada às traças. E a prova maior disso é a aberração, a vergonha que foi a Conferência Nacional de Educação. (...) o que se debateu lá foi o ativismo. Todo mundo pensava de um lado só, porque, na conferência, só era bem-vindo quem pensava do jeito do Governo. Aquilo ali, aliás, mais parecia uma convenção partidária vergonhosa, fazendo apologia a MST, que adora invadir propriedade privada, ao Hamas, grupinho terrorista. Então, assusta! Eu, como professora, fico assustadíssima pensando nos rumos que este País está tomando. A educação é vergonhosa e está no limbo mesmo (Transcrição da sessão 13.2024, Adriana Ventura, NOVO – SP).

O avanço do conflito na Câmara resultou na solicitação de duas audiências públicas sobre a CONAE. A primeira solicitação partiu de parlamentares de direita e acusava o Documento de Referência do CONAE de autoritário e enviesado. Além disso, no trecho subsequente, fica evidente mais uma vez que a dimensão valorativa e identitária está em jogo no campo da direita. Embora possa não ter sido abordada nos próprios debates internos da conferência, isso não implica que os grupos conservadores não estejam acompanhando de perto e, de certa forma, influenciando o debate participativo. A intenção expressa na solicitação, enviada à Comissão de Educação em 13 de março de 2024, é questionar o governo federal sobre a conferência e seu relatório final.

O novo PNE - Plano Nacional de Educação 2024/2034, com viés totalmente doutrinário, pretende implementar um projeto político ideológico, à todas escolas, indistintamente. (...) O tom autoritário presente em vários trechos do documento suscita questionamentos sobre a abertura para o diálogo e a consideração de diferentes pontos de vista. (...) Outro ponto de bastante preocupação, é que há uma clara expressão de viés ideológico em vários trechos do Documento, comprometendo grandemente a imparcialidade necessária para a formulação de políticas educacionais (Pretensão de instrumentalizar o Sistema Nacional de Educação – SNE, visando promover de pautas “LGBTQIAPN+” por meio da alteração das orientações curriculares) (REQUERIMENTO N.20/2024).

Em resposta, parlamentares de esquerda requisitam a realização de uma audiência pública para discutir os resultados do CONAE e debater sobre a implementação destes. A solicitação ocorreu no dia 20 de março de 2024, sete dias após o requerimento articulado pela extrema-direita. O requerimento destaca a importância da construção participativa do novo Plano Nacional de Educação (PNE), através da CONAE e destaca o repúdio à educação domiciliar e a militarização das escolas.

Observa-se que, embora os grupos de orientação política à direita não demonstrem uma atuação incisiva e uma participação ampla nos processos participativos (apenas 5% dos delegados da CONAE se identificaram como sendo dessa orientação), eles têm desenvolvido estratégias de participação notavelmente ativas nas redes sociais e em outras esferas políticas, principalmente em relação ao poder legislativo. Essas abordagens conseguem ampliar o debate para além dos limites convencionais, impactando significativamente a opinião pública. Frequentemente, essa atividade, especialmente, nas redes sociais não só questiona a legitimidade da participação, mas também utiliza esses espaços para criar conteúdo relevante e promover engajamento em relação ao tema. Embora internamente nas conferências esses grupos ainda não tenham força para dominar as deliberações, eles são capazes de usar o resultado dessas interações para fomentar engajamento e discussão nas plataformas digitais.

A conferência como arena conflituosa: o caso da CONJUVE

Outro exemplo marcante da estreita relação dos grupos de direita com as redes sociais é evidenciado pela Conferência Nacional de Juventude. Diferentemente das outras conferências de 2023, esta teve uma significativa interface digital, permitindo a proposição de propostas e a eleição de delegados através de uma plataforma online. A possibilidade de eleger delegados diretamente pela etapa digital foi bastante explorada, ao menos, pelo campo a direita que disputa o movimento estudantil. Uma de suas principais organizações, a União da Juventude Liberal, engajou uma campanha nas redes sociais mobilizando a #UJLnaCNJ e conseguiu eleger 6 delegados, destacando como a intensa interação digital pode ampliar a visibilidade e influência da direita em tais espaços. A postagem a seguir exemplifica a campanha da UJL nas redes sociais:

Imagem 3. Postagem em rede social da União Juventude e Liberdade



Fonte: twitter.com/ujliberdade

O conflito entre a UJL e organizações do movimento de juventude do campo progressista se intensificou durante a realização da conferência. Durante a fase presencial, ocorreram tumultos entre grupos opostos, que chegaram a resultar em boletins de ocorrência. A dinâmica digital, portanto, não apenas facilita a participação como também pode potencializar as performances políticas da direita, como

demonstram os exemplos de posts da organização União Juventude e Liberdade (UJL), que seguem abaixo.

Imagem 4. Postagem em rede social da União Juventude e Liberdade



Fonte: [instagram.com/ujliberdade](https://www.instagram.com/ujliberdade)

Observou-se, portanto, diversidade na dinâmica do confronto político entre a interação desses atores e as conferências, com significativas variações em cada um dos casos mapeados. Em síntese, na Conferência de Saúde percebe-se como a atuação de contramovimentos pode se aproximar de estratégias de movimentos progressistas e estimulando um tipo de confronto menos explícito e dentro das regras da instituição participativa. Já no caso da Conferência de Educação o confronto político ocorre em arenas externas à conferência e se estendem após o evento com repercussão nas narrativas e estratégias de parlamentares da extrema-direita. Por fim, na Conferência de Juventude o conflito ocorreu de forma explícita e direta no interior da conferência, mas com forte conexão com a atuação das organizações nas redes sociais.

É interessante notar ainda que existe uma diferença entre uma atuação organizada de grupos da direita e a presença de ativistas que se identificam no espectro político como direita e extrema direita. Nas conferências de Assistência Social e Cultura, por exemplo, foi mapeado um número razoável de participantes que se identificaram como de direita (até maior do que na Educação), no entanto, houve pouca atuação mais expressiva desses participantes ou de outros grupos de extrema-direita externos às conferências. Em outras palavras, muitos ativistas de direita não resulta necessariamente em uma intervenção contundente nos espaços participativos. De fato, nas conferências de Assistência Social e Cultura, a atuação dos grupos de direita passou despercebida, sem maiores destaques.

Dois dimensões analíticas ficam evidentes em relação à atuação da direita nas conferências. A primeira relativa à presença da agenda valorativa. Mesmo nas conferências de Educação e Saúde, a disputa em determinado momento se desloca para discursos relacionados à identidade de gênero e questões morais. É interessante observar que essa disputa não se concentra nas dinâmicas deliberativas das próprias IPs, mas extrapola para outras esferas do Estado, principalmente para o poder legislativo, onde a direita encontra amplo apoio. Esse movimento se dá principalmente via redes sociais, que é acionada para respaldar suas pautas e mobilizar discursos de descrédito em relação à própria participação. E essa é a segunda importante dimensão analítica que está no centro da atuação das direitas nas IPs - as redes sociais. É inegável que essa tenha sido a principal aposta dos grupos conservadores em relação à participação, seja para inflar o debate ou propriamente para ampliar sua inserção nesses espaços. Tais dimensões estão no centro do debate sobre participação e direita e nos ajudam a compreender inclusive a sua dinâmica em relação à democracia.

Considerações finais. Estratégias de participação da Direita nas Conferências Nacionais

O lugar das instituições participativas na dinâmica do confronto político entre atores do campo progressista e atores à direita no espectro político não é estático. Os dados indicam que o comportamento e a própria presença de grupos de direita nas IPs variam ao longo do tempo dependendo da área de política pública. Mapear as diversas estratégias mobilizadas, os elementos comuns, as variações em cada

área de política pública, e como se conectam com outras arenas é de significativa importância para uma melhor compreensão das recentes transformações no confronto político. Além disso, a escassez de estudos e análises sobre o trânsito do ativismo desses grupos em IPs limitou a capacidade em perceber movimentações importantes para a organização desse campo político.

A partir dos achados deste trabalho, algumas considerações podem ser traçadas. A primeira delas se refere a presença significativa de indivíduos autodeclarados de direita em todas as conferências mapeadas. Além disso, apesar da necessidade de estudos mais aprofundados, a familiaridade destes com orçamentos participativos e conselhos gestores sugere a presença de um público de direita inserido nas instituições participativas.

É possível identificar quatro padrões ou rotinas de atuação dos grupos de direita ou extrema-direita nas conferências nacionais, conforme o quadro a seguir. Organizamos os modelos de atuação a partir de duas variáveis que demonstram certa variação a partir das conferências analisadas – o tipo de participação ou inserção das conferências e como esses grupos (ou indivíduos) reconhecem as conferências nacionais.

Quadro 2. Modelos de atuação da direita nas Conferências Nacionais

Tipos de Atuação	Trajatória Participativa	Mobilização Anti-participação	Inserção via Plataforma Digital	Atuação Individualizada
Evento	17ª Conferência Nacional de Saúde	4ª Conferência Nacional de Educação	4ª Conferência Nacional de Juventude	13ª Conferência Nacional de Assistência Social e 4ª Conferência Nacional de Cultura
Tipo de Participação	Construção de um fluxo de rotina interno às conferências nacionais, respeitando os limites institucionais, com eleição de delegados e votação de propostas.	Forte mobilização de atores e esferas externas à conferência.	Eleição de delegados através de plataforma digital integrada ao processo institucional da conferência, com ações e rotinas digitais refletidas no evento presencial.	Participação independente de grupos organizados da direita, agindo conforme a política pública em questão.
Percepção das Conferências Nacionais	Não questiona a legitimidade das conferências.	Ações que deslegitimam e negam os resultados da conferência.	Alterna entre a ocupação dos espaços da conferência e a negação de sua efetividade.	Não questiona a legitimidade das conferências.

O primeiro padrão refere-se à escolha de construir uma trajetória participativa dentro dos próprios espaços participativos, como no caso da saúde. Observa-se que, mais do que apenas ocupar a conferência, os grupos de direita ou extrema-direita criaram caminhos dentro do próprio desenho institucional das instituições participativas, através da convocação de conferências livres e da aprovação de propostas. Na Conferência de Saúde, por exemplo, a conferência livre virtual serviu para a aglutinação de uma agenda comum para o ativismo anti-aborto, que foi disputada dentro das regras da conferência na etapa presencial. Nesse caso, os grupos assumem a legitimidade das instituições participativas e, ao longo do tempo, constroem seu campo de atuação e sua própria trajetória participativa.

Por outro lado, há um segundo padrão, que difere da atuação observada na Conferência de Saúde. Nesse padrão, os atores da direita não participam internamente dos processos das conferências, mas constroem sua atuação através de ataques diretos à própria ideia de participação. Esse é o caso da Conferência Nacional de Educação. Embora a conferência tenha contado com apenas 5% de delegados autodeclarados de direita e poucos conflitos diretos durante o evento, a conferência em si foi alvo de intensos ataques antes e após sua realização. Narrativas e atores externos, especialmente do poder legislativo, foram mobilizados para disputar não apenas a política educacional, mas também a própria conferência enquanto modelo democrático-participativo. Adotou-se, portanto, uma estratégia anti-participação, visando deslegitimar o modelo participativo e as decisões dele provenientes. A atuação se deu principalmente através de figuras conhecidas no campo político e de grupos organizados paralelos à conferência, com forte influência do poder legislativo e ampla utilização das redes sociais.

O terceiro padrão está diretamente relacionado à inserção da internet e das redes sociais como parte dos desenhos participativos. Um exemplo claro é a Conferência Nacional de Juventude, que incorporou uma forte faceta digital, permitindo a eleição de delegados e a votação de propostas por meio de uma plataforma online. Observou-se que a inclusão da participação digital ampliou a influência de grupos de direita, que já possuíam considerável presença e influência nas redes sociais. Embora não tenha sido possível medir quantos delegados se identificaram com a direita, pôde-se perceber a influência de repertórios e narrativas desses grupos nos processos deliberativos da conferência. Esse cenário resultou em um conflito intenso, culminando em um boletim de ocorrência e ampla repercussão nas redes sociais. Assim, a internet não apenas serviu como espaço de disputa de narrativas, como ocorreu na Conferência de Educação, mas também facilitou a participação desses grupos na Conferência de Juventude. Nas outras conferências que não contaram com a dimensão participativa digital, não houve casos de conflitos intensos entre grupos, como aconteceu na Conferência de Juventude; nesses casos, a repercussão se dava por atores externos (não delegados), como no caso da Conferência de Educação. Fica claro que, apesar do ativismo digital ser uma ferramenta importante para diversos setores da direita (Von Bülow, Avritzer e Santana, 2024), o lugar destes na estratégia mais ampla da organização é bastante diverso e deve ser analisado com cuidado.

Por fim, os dados apontam que a presença de delegados autodeclarados de direita não necessariamente indica a atuação organizada de grupos de direita disputando a instituição participativa. As respostas do survey aplicado na Conferência de Assistência Social, por exemplo, indicam que aproximadamente 16% dos respondentes se autodeclararam de direita. Embora esse resultado seja expressivo em comparação com outras conferências mapeadas, não foram identificados eventos de conflito dentro da conferência ou nas redes sociais. Esse é, portanto, um quarto padrão de participação da direita nas conferências. Esse padrão representa a presença de atores que se identificam como de direita, mas que não se organizam enquanto grupos de direita. Eles pautam sua atuação a partir da temática da política pública, neste caso, a Assistência Social, sem se constituírem como organizações de direita.

A argumentação acima possibilita um importante diálogo com a literatura sobre contramovimentos, tendo em vista o caráter relacional no confronto entre um movimento social e seu contramovimento (Ruibal, 2014; Silva e Pereira, 2020). Os achados da pesquisa indicam que as instituições participativas, exatamente pela sua importância para a atuação de movimentos sociais, passaram a ser de grande relevância para as estratégias de organizações a direita. Entretanto, as escolhas destas organizações, bem como as respostas de organizações opositoras, vão constituindo e transformando a dinâmica de interação tanto dos movimentos quanto dos contramovimentos as IPs. Cada dinâmica de confronto é única e por isso os resultados da presença ou ausência da direita em IPs não são óbvios.

Dito isso, é importante observar que além da trajetória do confronto entre movimentos e contramovimentos, a participação social também ocupa um importante lugar nas narrativas da extrema-direita como um todo, com significativa capilaridade na atuação parlamentar e significativa conexão com pautas morais. Os resultados desse processo ainda são incertos, mas já é possível verificar que narrativas sobre a conferência são importantes para uma disputa política que se desenvolverá no Congresso Nacional. Nesses casos, o que está em jogo não é a conferência em si, mas a própria legitimidade da agenda de políticas públicas nas quais a conferência faz parte.

Referencias

1. <https://istoe.com.br/apos-prisoas-300-do-brasil-solta-fogos-de-artificio-em-frente-a-pf/>
2. <https://noticias.r7.com/cidades/gazeta-digital/damares-alves-pretende-fortalecer-conselhos-tutela-res-03062019/>
3. <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-diz-que-o-orcamento-secreto-e-uma-podridao-e-defende-orcamento-participativo/>
4. <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/leia-a-integra-do-pronunciamento-de-lula-apos-o-resultado-da-eleicao.htm>
5. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11371.htm
6. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11363.htm
7. Os dados fornecidos integram a pesquisa “A reconstrução da participação social no Brasil”, conduzida pelo INCT Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, ao qual expressamos nossa gratidão.

8. A análise documental foi realizada a partir do levantamento de regimentos, documentos de convocação, listas de propostas e materiais oficiais das conferências.

9. Dada a natureza da pesquisa e desenho das próprias conferências nacionais, o método de seleção da amostra nas conferências baseou-se no modelo de pesquisa com movimentos sociais proposto por Donatella Della Porta (2014 y 2019). Nesse sentido, buscou-se equilibrar o número de entrevistas em relação às variáveis de gênero, raça e idade. As perguntas do survey foram estruturadas nos eixos: a) perfil dos participantes; b) histórico de participação e percepção; e c) atitudes e espectro políticos. Os dados obtidos com o survey foram consolidados por meio de software SPSS para tabulação e análise. Datas de aplicação da pesquisa e número de respondentes: 17ª Conferência Nacional de Saúde: Foram aplicados 159 questionários presencialmente entre os dias 2 a 5 de julho de 2023; 13ª Conferência Nacional de Assistência Social: Foram aplicados 180 questionários entre os dias 05, 06 e 07 de dezembro de 2023; 4ª Conferência Nacional de Educação: Foram aplicados 196 questionários entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2024; 4ª Conferência Nacional de Cultura: Foram aplicados 180 questionários entre os dias 4 a 8 de março de 2024.

10. Retirar o termo governo bolsonarista da proposta original - “Estabelecimento das Políticas de Memória referentes à Pandemia de Covid-19, reconhecendo que o excesso de mortes no Brasil é efeito de um projeto político de desinformação, discriminação social capacitista, etarista e racista e de crimes e rupturas éticas provocadas por gestores no governo bolsonarista ou praticadas por interesse econômico no setor privado, buscando com isso que nunca se esqueça e que nunca mais aconteça.” Distribuição dos votos: Manutenção da proposta original: 673; supressão parcial: 196; Abstenção: 17; Total: 886.

11. (I) Proposta Original: Política integral da população LGBTQIA+. Distribuição dos votos: Manutenção: 657 (76%) Supressão: 170 (20%); Abstenção: 36 (4%); Total: 863. (II) Proposta Original: Legalização do aborto no Brasil e regulamentação adequada no SUS (combatendo a mortalidade materna em clínicas clandestinas), com políticas integradas de educação sexual nas escolas e amplificação da distribuição de métodos contraceptivos. Distribuição dos votos Manutenção: 519 (67%); Supressão total: 225 (29%); Abstenção: 36 (5%); Total: 779. (III) Legalizar a maconha no Brasil como forma de combate ao genocídio e encarceramento da juventude negra, aos efeitos atuais gerados pela criminalização enquanto determinante social de violência e preconceito nos serviços de saúde do país. Distribuição dos votos: Manutenção: 438 (61%); Supressão: 260 (36%); Abstenção: 22 (3%); Total: 720.

12. A nota foi assinada pelos líderes das seguintes frentes parlamentares: Frente Parlamentar em Apoio aos Produtores de Leite; Frente Parlamentar Mista em Prol do Semiárido; Frente Parlamentar pelo Comércio e Serviços; Frente Parlamentar do Empreendedorismo; Frente Parlamentar pelo Livre Mercado; Frente Parlamentar Brasil x Texas; Frente Parlamentar pela Inovação e Tecnologia em Doenças Raras; Frente Parlamentar da Inovação em Biotecnologia; Frente Parlamentar da Segurança Pública; Frente Parlamentar Evangélica; Frente Parlamentar do Sistema Penitenciário; Frente Parlamentar da Agropecuária; Frente Parlamentar da Saúde Digital e Frente Parlamentar Mista de Fiscalização, Integridade e Transparência. (<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/liderancas-conservadoras-querem-adiar-conferencia-de-educacao/>)

13. <https://www.intercept.com.br/2024/01/15/conferencia-nacional-educacao-bolsonaristas-fazem-forca-tarefa-secreta-para-levar-pautas-extremistas/>

14. <https://www.instagram.com/reel/C2s8u44N5sn/>

Bibliografia

- Abers, R.; Serafim, L. y Tatagiba, L. (2014). Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, 57, 325-357.
- Abers, R. y Von Bülow, M. (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, 13(28), 52-84.
- Almeida, D. R. D. (2014). Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. *Opinião Pública*, 20(1), 96-117.
- Avritzer, L. (2012). *Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil*. Texto para discussão. Brasília, Brasil: IPEA.
- Alonso, A. (2017). A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer 1. *Novos Estudos*,

49-58.

Avritzer, L. (2019). *O pêndulo da democracia*. São Paulo, Brasil: Todavia.

Avritzer, L.; Silva, E.; Carvalho, P. y Zanandrez, P. (2022). Participação em tempos de desdemocratização: notas para um modelo de análise. En L. Tatagiba, D. de Almeida, A. Lavalle y M. Silva (Orgs.), *Participação e Ativismos: entre retrocessos e resistências* (pp. 109-128). Porto Alegre, Brasil: Editora Zouk.

Avritzer, L. y Souza, C. (Orgs.) (2013). *Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade*. Brasília, Brasil: IPEA.

Bezerra, C.; Rodrigues, M. y Romão, W. (2022). Conselhos de Políticas Públicas no governo Bolsonaro: impactos do Decreto 9.759/2019 sobre a participação da sociedade civil. En L. Tatagiba, D. de Almeida, A. Lavalle y M. Silva (Orgs.), *Participação e Ativismos: entre retrocessos e resistências* (pp. 37-64). Porto Alegre, Brasil: Editora Zouk.

Biroli, F.; Tatagiba, L. y Quintela, D. (2024). Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022). *Opinião Pública*, 30, 1-32.

Brasil (2019). Decreto 9759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Presidência da República, Brasília, Brasil.

Brasil (2023). Relatório da Plataforma Brasil Participativo em 2023. 1. PLATAFORMA - Relatório da plataforma Brasil Participativo (dataprev.gov.br). Presidência da República. Brasília, Brasil.

Brasil sem aborto (2017). Entenda a 2 Conferência Nacional de Saúde da Mulher. <https://www.brasilsemaborto.org/entenda-a-2a-conferencia-nacional-de-saude-da-mulher-e-participe/>

Brasil sem aborto (2023). Faça sua inscrição para a reunião virtual de preparação para 17ª Conferência Nacional de Saúde. <https://www.brasilsemaborto.org/faca-sua-inscricao-para-a-reuniao-virtual-de-preparacao-para-17a-conferencia-nacional-de-saude/>

Bringel, B. (2022). Campos de Ação e confronto político no Brasil: do ciclo democratizante ao bolsonarismo e vice-versa. En F. Tavares, L. Ballestrin y R. Fabrino (Orgs.), *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil* (pp.163-190). Rio de Janeiro, Brasil: EDUERJ.

Carranza, B.; Santos, R. y Jácomo, L. (2021). Dimensões religiosas da radicalização política no Brasil contemporâneo. *Plural*, 8(1), 5-16.

Chagas, V. y Massuchin, M. G. (2022). Repertórios e estratégias do ativismo digital de direita. En L. Tatagiba, D. Almeida, A. Lavalle y M. Silva (Orgs.), *Participação e Ativismos: entre retrocessos e resistências* (pp. 207-232). Porto Alegre, Brasil: Editora Zouk.

Comissão de Transição Governamental (2022). *Relatório do Conselho de Participação Social*. Brasília, Brasil.

Dagnino, E.; Olvera, A. J.; Panfichi, A. (2006). Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. En E. Dagnino, A. Olvera, y A. Panfichi (Orgs.), *A disputa pela construção democrática na América Latina* (pp. 13-91). São Paulo, Brasil: Paz e Terra.

Della Porta, D. (2014). *Methodological Practices in Social Movement Research*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

Della Porta, D. (2019). Desafios contemporâneos para o estudo dos movimentos sociais: entrevista com Donatella della Porta. Fernandes, E. G. *Psicologia Política*, 19(45), 382-390.

Dias, T.; Von Bülow, M. y Gobbi, D. (2021). Populist Framing Mechanisms and The Rise of Right-wing Activism in Brazil. *Latin American Politics and Society*, 63, 69-92.

Doimo, A. M. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Brasil: Relume-Dumará.

Faria, C.F. y Resende, M.P. (2022). Despublicização nas políticas educacionais: o projeto político do movimento Escola sem Partido em Belo Horizonte. En L. Tatagiba, D. Almeida, A. Lavalle y M. Silva (Orgs.), *Participação e Ativismos: entre retrocessos e resistências* (pp. 233-263). Porto Alegre, Brasil: Editora Zouk.

Levitsky, S. y Ziblatt, D. (2018). *How Democracies Die*. Portland, Estados Unidos: Broadway Books.

Machado, M.D.C. (2012). Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, 25-54.

Mariano, R. y Gerardi, D. (2019). Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo

político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, 120, 61-76.

Mendonça, R. F. (2018). Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33, e339707.

Mendonça, R. F. y Domingues, L. B. (2022). Protestos contemporâneos e a crise da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 37, 1-36.

Nicolau, Jairo. (2020). *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Pinheiro-Machado, R. (2019). Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta Estratégia.

Rezende, P. J. (2016). *Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo* [Dissertação de Mestrado]. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, Brasil.

Ruibal, A. M. (2014). Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 14, 111-138.

Runciman, D. (2018). *How Democracy Ends*. Londres, Reino Unido: Profile Books.

Sader, E. (1988). Movimentos Sociais: notas para um debate. *Cadernos ABESS*, 9(02), 44-56.

Silva, M. K. y Oliveira, G. (2011). A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e interseção estado-movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 13(28), 86-124.

Silva, M. K. y Pereira, M. M. (2020). Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira de Sociologia*, 8(20), 26-49.

Souza, C. H. L. de (2012). *A que vieram as conferências nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010*. Texto para Discussão.

Souza, C. H. L. de; Lima, P. P. F. y Teixeira, A. C. C. (2012). Conselhos e conferências nacionais: entre a participação e a representação. *Argumentum*, 4(1), 152-172.

Souza, C. H. L. de y Pires, R. R. C. (2012). Conferências nacionais como interfaces socioestatais: seus usos e papéis na perspectiva de gestores federais. *Revista do Serviço Público*, 63(4), 499-518.

Szwako, J. O (2014). “Mau desempenho” de Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia. *Opinião Pública*, 20(1), 132-155.

Tatagiba, L. (2018). Entre as Ruas e as Instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, 17, 112-135.

Tatagiba, L. (2021). Desdemocratização, ascensão da extrema direita e repertórios de ação coletiva. En L. Avritzer, F. Kerche y M. Marona. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. (pp. 441-452). Belo Horizonte, Brasil: Autêntica Editora.

Tatagiba, L.; Abers, R. N. y Silva, M. K. (2018). Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. En R. B. Pires, G. Lotta y V. E. de Oliveira (Orgs.), *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas* (pp. 105-138). Brasília, Brasil: Ipea/Enap.

Tatagiba, L. y Galvão, A. (2019). Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, 25, 63-96.

Tatagiba, L.; Trindade, T. y Teixeira, A. C. C. (2015). “CorruPTos”: um ensaio sobre protestos à direita no Brasil (2007-2015). Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais Ação Coletiva (Nepac-Unicamp), 5.

Tavares, F. M. M. y Veloso, E. R. (2016). “A gente ainda nem começou”: repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia. En Encontro da ABCP, 10. 2016, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Disponível em: Disponível em [https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/04/gente-ainda-nem\[1\]comecou-repertorios-confronto-politico-nas.pdf](https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/04/gente-ainda-nem[1]comecou-repertorios-confronto-politico-nas.pdf). Acesso em: 13 abr. 2022.

Teixeira, L. (15/06/2020). O que é 300 do Brasil, grupo de extrema-direita liderado por Sara Winter. *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/15/o-que-e-300-do-brasil-grupo-de-extrema-direita-liderado-por-sara-winter.htm>

- Telles, H. D. S. (2015). Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional. *Interesse nacional*, 8, 28-46. [http://interessenacional.com.br/2015/07/05/corruptao-legitimidade-democratica-e-protestos\[1\]o-boom-da-direita-na-politica-nacional/](http://interessenacional.com.br/2015/07/05/corruptao-legitimidade-democratica-e-protestos[1]o-boom-da-direita-na-politica-nacional/)
- Tilly, C. (1995). Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. En M. Traugott (Org.), *Repertoires and cycles of collective action*. (pp. 15-42). Durham, Estados Unidos: Duke University Press.
- Silva, B. C. (2023). Masculinismo: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mina Gerais, Brasil.
- Singer, A. (2021). A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, 27(3), 705-729.
- Von Bülow, M.; Avritzer, L. y Santana, E. (Orgs.) (2024). *Democracy Under Attack Social Media and Disinformation in Brazilian Elections*. Berlin: Springer.
- Wampler, B. y Avritzer, L. (2004). Participatory Publics: Civil Society and New Institutions in Democratic Brazil. *Comparative politics*, 36(3), 291-312.

Recibido: 16/04/24. Aceptado: 03/07/24.

Priscila Zanandrez y Diego Matheus Oliveira de Menezes, "A dinâmica participativa da direita e a reorganização da participação social no Brasil: Um estudo sobre a retomada das Conferências Nacionais". *Revista Temas y Debates*. ISSN 1666-0714, año 28, número 48, julio-diciembre 2024, pp. 131-161.